

Campanha Salarial 2013

Participe do ato-paralisação unificado do dia 11/06

A assembleia geral do dia 28 aprovou realizar um dia de paralisação unificada com o Fórum das Seis na terça-feira (11/6) com ato em frente à reitoria, durante a segunda rodada de negociação da Campanha Salarial 2013.

O reitor e presidente do Cruesp, José Tadeu Jorge, ficou de apresentar ao STU uma proposta concreta de implementação da isonomia salarial com a USP. As demais entidades do Fórum devem participar da manifestação para pressionar Tadeu a reabrir as negociações sobre o

índice de reajuste e iniciar o debate sobre os itens não econômicos da pauta unificada.

A falta de vontade política do governo Alckmin em constituir um sistema público de ensino superior no Estado novamente está empurrando as universidades à greve. Na Unesp, a comunidade já discute esse indicativo.

Participe da luta por isonomia, em defesa das 30 horas e por melhores condições de trabalho na Unicamp. Fortaleça a Campanha Salarial.

30 horas

Tarefa é garantir redução da jornada já



A maioria absoluta dos profissionais de saúde da rede estadual cumpre jornada de 30 horas por lei. Mas na Unicamp, há anos as reitorias se escondem atrás da falta de leis federais que regulamentem a jornada dos profissionais de Enfermagem e outras categorias para negar esse direito aos trabalhadores do Complexo Hospitalar.

Na primeira reunião de negociação da Campanha Salarial 2013, no dia 21/5, a diretoria do STU ressal-

tou a necessidade de considerar as preocupações dos trabalhadores na retomada das 30 horas. Questões como o dimensionamento do quadro de pessoal, escalas e estabilidade nos locais e horários de trabalho são elementos fundamentais. Mas o reitor, que em 2006 retirou as 30 horas, acha que as preocupações da categoria "atrasam" a discussão. Embora até agora Tadeu não tenha se comprometido com nenhum prazo para garantir a mudança da jornada.

Além disso, o GT da reitoria está limitado a "analisar e propor as providências a serem tomadas visando à implantação da jornada de 30 horas para os profissionais que atuam diretamente nas atividades de assistência". Para o STU, a retomada das 30 horas deve ser para todos os trabalhadores do Complexo Hospitalar. A pressão, riscos e o stress caracterís-

ticos do trabalho na saúde atingem também os administrativos.

Diferentemente de outras diretorias do STU, a gestão *Vamos à luta!* não é contra a redução da jornada para categorias específicas (luta dos colegas da Enfermagem, farmacêuticos, biomédicos e psicólogos). No entanto, à entidade cabe defender as 30 horas para todos. Assim como defender isonomia nas estaduais não se contrapõe à luta pela isonomia na Unicamp. "Avanços específicos ajudam a luta da geral, mas entendemos que todos os setores estão relacionados ao atendimento e vêm sofrendo com o stress no trabalho e a falta de pessoal", ressalta o diretor Luritan Muniz (o Luri).

Por isso, o STU seguirá organizando reuniões de unidade no HC e plenárias para sistematizar as reivindicações a serem cobradas ao reitor.

Luta por direitos

STU encaminha denúncias de assédio moral ao Ministério Público do Trabalho

O assédio moral é uma prática criminosa que vem se intensificando no serviço público. Na área de Enfermagem do HC essa realidade tem gerado o aumento do adoecimento dos profissionais, em sua maioria mulheres que ainda enfrentam a dupla jornada de trabalho.

Em várias áreas do HC estão se multiplicando os processos administrativos e éticos, sindicâncias e a intervenção de psicólogos tratando de assuntos de trabalho. Os trabalhadores vivem amedrontados, pois volta e meia são convocados a prestar esclarecimentos e responder por reclamações dos usuários. E até mesmo as ausências para acompanhamento de filhos na creche ou em tratamentos

de saúde são consideradas absenteísmo a ser reduzido.

Ao invés de enfrentar o problema da falta de profissionais e da instabilidade das equipes, as chefias intensificam o ritmo de trabalho e passam a assediar os trabalhadores para que ofereçam menor resistência à superexploração.

Recentemente o STU denunciou a gestão da enfermaria de pediatria ao Ministério Público do Trabalho e à DPD/DGRH por assédio moral coletivo.

A gestão *Vamos à luta!* orienta todos os trabalhadores a denunciar todas as atitudes das chefias que considerem perseguições, assim como procedimentos desmedidos instau-

rados contra funcionários. O STU se encarregará de encaminhar as ocorrências ao MPT para investigação e composição do inquérito aberto com vistas a comprometer a Unicamp com um ajustamento de conduta para erradicação da prática de assédio moral hoje comum na Universidade.

Mesmo que você, trabalhador, considere que ainda não tem todas as provas, procure um diretor do sindicato ou Jurídico do STU para obter orientações sobre como proceder.

E lembre-se: assédio moral é toda conduta abusiva e repetida contra o trabalhador (palavras, atos, gestos, comportamentos) que causa dano à sua personalidade, dignidade e integridade física ou psíquica.

Políticas públicas

Internações compulsórias são retrocesso na saúde mental

Recentemente a Prefeitura de Campinas anunciou a intenção de adotar a política de internação compulsória de usuários de drogas do governo estadual. O Conselho Municipal de Saúde (CMS) e os departamentos de Saúde Coletiva e de Psicologia Médica e Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) repudiaram a iniciativa.

A moção do Deptº de Saúde Coletiva ressalta que para enfrentar os males causados pelo uso do crack, que afetam cerca de 0,7% da população adulta, é necessário “políticas públicas amplas e articuladas onde a saúde tem papel destacado”. O documento destaca ainda que as políticas públicas da saúde campineira são “insuficientes” e vêm “sofrendo retrocessos que amea-

çam não só o acesso aos serviços pela população, como aponta para caminhos que nada mais são que atos coercitivos que associam o tratamento única e exclusivamente à internação, modelo apontado por técnicos e especialistas do mundo todo como dispendioso para o Estado e ineficaz para o usuário”.

A diretoria do STU concorda com essa avaliação e parabeniza a iniciativa dos departamentos. O diretor do sindicato Felipe Monte Cardoso ressalta que “o CMS aprovou moção de repúdio à política do Alckmin e do Jonas de instituir a internação compulsória. A decisão fortalece a luta dos movimentos de saúde mental da cidade, que já foi referência no assunto e hoje está ameaçada de grandes retrocessos”.



A luta contra a criminalização dos usuários de drogas vem sendo articulada na cidade pelo Fórum

Popular de Saúde de Campinas. A iniciativa reúne profissionais e usuários da saúde pública. O STU participa do Fórum e convida os trabalhadores da saúde da Unicamp.

A próxima reunião será no dia 11/6 (terça-feira), às 19h30, na sede do Conselho Regional de Serviço Social (Av. Francisco Glicério, 1329 – Centro).